

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará apenação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto I – itens de 1 a 12

O justo e a justiça política

1 Para os que vivemos a pregar à República o culto da justiça
 como o supremo elemento preservativo do regímen, a história da
 paixão, que hoje se consuma, é como que a interferência do
 4 testemunho de Deus no nosso curso de educação constitucional.
 O quadro da ruína moral daquele mundo parece condensar-se no
 espetáculo da sua justiça, degenerada, invadida pela política, joguete
 7 da multidão, escrava de César. Por seis julgamentos passou Cristo, três
 às mãos dos judeus, três às dos romanos, e em nenhum teve um juiz.
 Aos olhos dos seus julgadores refulgiu sucessivamente a inocência
 10 divina, e nenhum ousou estender-lhe a proteção da toga. Não há
 tribunais, que bastem, para abrigar o direito, quando o dever se
 ausenta da consciência dos magistrados.

13 Grande era, entretanto, nas tradições hebraicas, a noção da
 divindade do papel da magistratura. Ensinavam elas que uma sentença
 contrária à verdade afastava do seio de Israel a presença do Senhor,
 16 mas que, sentenciando com inteireza, quando fosse apenas por uma
 hora, obrava o juiz como se criasse o universo, porquanto era na
 função de julgar que tinha a sua habitação entre os israelitas a
 19 majestade divina. Tão pouco valem, porém, leis e livros sagrados,
 quando o homem lhes perde o sentimento, que exatamente no processo
 do justo por excelência, daquele em cuja memória todas as gerações
 22 até hoje adoram por excelência o justo, não houve no código de Israel
 norma que escapasse à prevaricação dos seus magistrados.

O julgamento de Cristo é o espelho de todas as deserções da
 25 justiça, corrompida pelas facções, pelos demagogos e pelos governos.
 A sua fraqueza, a sua inconsciência, a sua perversão moral
 crucificaram o Salvador, e continuam a crucificá-lo, ainda hoje, nos
 28 impérios e nas repúblicas, de cada vez que um tribunal sofisma,
 tergiversa, recua, abdica. Foi como agitador do povo e subversor das
 instituições que se imolou Jesus. E, de cada vez que há precisão de
 31 sacrificar um amigo do direito, um advogado da verdade, um protetor
 dos indefesos, um apóstolo de idéias generosas, um confessor da lei,
 um educador do povo, é esse, a *ordem pública*, o pretexto, que
 34 renasce, para exculpar as transações dos juízes túbios com os interesses
 do poder. Todos esses acreditam, como Pôncio, salvar-se, lavando as
 mãos do sangue, que vão derramar, do atentado, que vão cometer.
 37 Medo, venalidade, paixão partidária, respeito pessoal, subserviência,
 espírito conservador, interpretação restritiva, razão de Estado,
 interesse supremo, como quer te chames, prevaricação judiciária, não
 40 escaparás ao ferrete de Pilatos! O bom ladrão salvou-se. Mas não há
 salvação para o juiz cobarde.

Rui Barbosa. *Obras completas de Rui Barbosa*,
 “A imprensa”, v. XXVI, tomo IV, 1899, p. 185/91.

Julgue se os itens a seguir resumem ou parafraseiam idéias presentes nos parágrafos indicados do texto I.

- Primeiro parágrafo:** Para Rui Barbosa, o culto à justiça, no curso de educação constitucional republicana em que ele viveu, pregar a religiosidade como o supremo bem é ver na história da paixão uma interferência do testemunho divino.
- Primeiro parágrafo:** A ruína moral da época em que Cristo viveu parece evidenciar-se no espetáculo de uma justiça degradada, invadida pela política de César; vê-se isto nos seis julgamentos pelos quais Cristo passou: em nenhum Ele teve um juiz.
- Primeiro parágrafo:** A inocência divina evidenciou-se aos olhos dos seus julgadores, mas nenhum estendeu-lhe a proteção da toga, o que nos leva a crer que não existem tribunais suficientes para abrigar o direito, quando o dever de ser justo ausenta-se da consciência dos magistrados.
- Segundo parágrafo:** Nas tradições hebraicas, a associação da divindade ao papel do magistrado era grande: uma sentença contrária à verdade afastava o Senhor do povo de Israel; todavia, uma sentença pronunciada com inteireza dignificava o juiz, cuja função de julgar aproximava-se da majestade divina.
- Segundo parágrafo:** Pouco valem leis sagradas, todavia, quando os homens perdem o sentimento do justo por excelência, e passam à prevaricação dos seus semelhantes, magistrados.
- Terceiro parágrafo:** O julgamento de Cristo espelha que a justiça, desde sempre e até nossos dias, é corrompida por facções, por demagogos e por governos, cuja inconsciência e perversão moral, ainda hoje, tanto nos impérios, como nas repúblicas, sofisma, tergiversa, recua, abdica, imola o povo e subverte as instituições que Jesus criou.

Julgue os itens que se seguem, acerca da significação, do emprego, da estrutura e da formação de vocábulos e expressões do texto I.

- Linha 2 – “regímen” equivale a **regime**.
- Linha 9 – “refulgiu” é formado por derivação prefixal, pois tem o sentido de **refugir**, ou seja, fugir de novo.
- Linha 10 – “Lhe” equivale à expressão **a Ele** e se refere a “Cristo” (l.7).
- Linha 17 – “como” introduz uma relação de causa.
- Linha 21 – “cuja memória” denota a circunstância de posse: **memória do juiz**.
- Linha 37 – “Medo, venalidade, paixão” e “respeito” são substantivos, empregados no texto como nomes abstratos.

Julgue o emprego das palavras e a correção gráfica dos seguintes itens.

- 13 Cristo não quis prescindir de um julgamento justo, porém não se resignou em aceitar-se fora da lei dos homens.
- 14 O apostolado de Jesus era ao povo; se sua prédica incorria em crime, deveriam pulular os testemunhos diretos, haja visto que esse era o terreno jurídico.
- 15 A ilegalidade do julgamento noturno — que o direito hebraico não admitia nem nos litígios civeis — agravava-se com o escândalo de testemunhas falsas, aliciadas pelo próprio juiz.
- 16 Pilatos, lavando as mãos na presença do povo, dizendo-se inocente do sangue daquele justo e entregando-o aos crucificadores, agiu como procede a justiça que não se compromete.

O justo

O treinador reuniu a turma no vestiário e escalou doze: onze e o goleiro. O capitão do time estranhou, avisando que havia gente demais. O técnico, porém, sustentou a escalação:

— Isso é problema do juiz, o teu é jogar e tentar ganhar a partida. E lá se foi o time para o campo.

Cinco minutos de jogo, a torcida começou a gritar, alertando o árbitro: “O Pipira tem doze!”. O árbitro interrompeu a partida, contou os times e deu uma bronca no capitão, que, por sua vez, passou a bola ao treinador:

— Fala co’ home ali.

O juiz foi ao técnico e mandou retirar o excedente. Uma confusão tremenda na pista. O técnico chamou o árbitro para uma conversa em particular. Saíram os dois na direção do centro do campo. A torcida, aos berros, descompunha todo o mundo pelo atraso.

Os dois isolados no grande círculo, o técnico pôs a mão no ombro do juiz e entrou nas explicações:

— O problema é o seguinte: eu sou um homem de cinqüenta anos, estreando na profissão. Eu sou novo aqui na terra. Acontece que, hoje de manhã, o presidente do clube me deu um bocado de nome pra pôr no time. Dois são protegidos do delegado, quatro do comandante do destacamento, o goleiro é filho do gerente do banco, o presidente diz que os dois pontas-de-lança têm que jogar de qualquer maneira. Eu fui escalando, escalando.

— É, mas passou da conta — diz o árbitro, inflexível.

— E eu não sei que passou? Ia ser mais. Por sorte, o sobrinho do prefeito amanheceu com o pé inchado e pediu ao tio para não jogar. Se não, entravam treze.

— Bom, mas para começar o jogo, o senhor tem que tirar logo um... — diz o juiz.

— Eu tirar um? Deus me livre. Tire o senhor. Por mim o time joga com doze. Se o senhor está dificultando, vai lá o senhor e tira um, escolhe lá um. O mais que eu posso fazer é colaborar com o senhor. Por exemplo, não tire nem o cinco nem o seis, que dá bolo com o chefe de polícia. E o pior é que agora eu já confundi tudo: não sei mais se o oito é gente do comandante do destacamento ou se é o filho do gerente do banco...

O árbitro encarou o técnico do Pipira, enfiou o apito no bolso e saiu como uma fera:

— Doze contra, comigo, não. Doze contra onze, só se me expulsarem da Liga.

Parou diante do banco dos reservas do Serrinha F. C. e dirigiu-se ao técnico, sentencioso como nunca:

— Carvalho, bota mais um dos teus homens em campo, Carvalho. Eu tenho horror a injustiça.

Armando Nogueira. Internet: <www@filologia.org.br>. Acesso em 12/6/2003 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, quanto à veracidade das afirmativas frente às idéias do texto acima e à correção gramatical.

- 17 **O justo** é um texto narrativo, dialogado, que, pela estrutura discursiva, pode ser classificado como uma crônica esportiva.
- 18 A história transcorre, de início, em local fechado e, por fim, em espaço aberto, frente a um grande número de expectadores.

- 19 O juiz foi ao técnico e mandou-o tirar o excedente com a finalidade de obedecer às regras relativas à quantidade de jogadores titulares em campo.
- 20 A passagem do quinto parágrafo, revela o baixo nível cultural do treinador do time; uma pessoa sem conhecimentos da língua culta.
- 21 O técnico exitou em retirar qualquer um dos jogadores, por não ter critérios que justificassem a exclusão de profissionais de excelente desempenho técnico.
- 22 O conflito instalou-se em campo quando o técnico, subserviente às ordens do dirigente do time, não pôde satisfazer, perante o público, a vontade do árbitro.
- 23 A atitude ao árbitro, para por fim ao impasse, pôde ser associada à máxima da Lei de Talião que diz, “um por todos; todos por um”.
- 24 Designam funções sociais, atuantes no meio esportivo, as seguintes palavras do texto, “treinador”, “técnico”, “juiz”, “atacante”, “torcida” e “pontas-de-lança”.
- 25 Depreende-se do texto que as razões pelas quais houve a escalação do time não foram de ordem técnica, mas, sim, política.
- 26 Infere-se do texto que o técnico recusou-se a escalar treze jogadores, não por estar cometendo uma infração às normas e, sim, por julgar que, com 13 jogadores em campo, poderia “dar azar” e o time perder a partida.

Acerca de redação e correspondência oficial, julgue os itens abaixo.

- 27 Resumidamente, pode-se afirmar que redação oficial é a maneira pela qual o poder público redige atos normativos e comunicações.
- 28 O tratamento impessoal que deve ser dado aos assuntos que constam das comunicações oficiais decorre: da ausência de impressões individuais de quem comunica, da impessoalidade por parte de quem recebe a comunicação, do caráter impessoal do próprio assunto tratado.
- 29 Há três tipos de expedientes oficiais que não se diferenciam muito, nem pela finalidade, nem pela forma: o **ofício**, o **aviso** e o **memorando**.
- 30 Denomina-se **minuta** o instrumento de comunicação oficial entre os chefes dos poderes públicos, notadamente quando enviado pelo chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo para informar sobre fato da administração pública.

A sorte dos bons

(Salmo 36)

(14) Por mais que os maus queiram ferir, com suas espadas, os justos, pensando em acabar com quem anda pelo caminho do bem, (15) o contrário acontecerá! Suas espadas irão ferir seus próprios peitos, e deles nada restará.

(16) Mais vale o pouco que possui o justo do que as muitas riquezas dos ímpios.

(17) Deus não ouve as lamúrias dos ímpios quando estão doentes, pois a preocupação do Senhor é com os justos.

(18) O Senhor cuida da vida dos honestos, e para sempre durará essa proteção.

(19) Confie, mesmo quando achar difícil. Mesmo passando por humilhações e até fome, aceite seu fardo, pois com a proteção do Senhor, há de passar o pior.

(20) Perceba quanto os maus se enfraquecem e definham e, passo a passo, com a frieza de seus pensamentos, são congelados e esquecidos.

(21) A pessoa que é má pede emprestado e não devolve. O justo, mesmo sentindo-se tolo, é compassivo e divide o que é seu.

Internet: <www.terra.com.br/esoterico>. Acesso em 12/6/2003.

Considerando o sentido literal e contextual dos vocábulos e a estrutura sintática e semântica dos versículos acima, julgue os itens subseqüentes.

- 31 Em (14), “maus” opõe-se a “justos”, assim como “espadas” está para “caminho do bem”.
- 32 Em (15), na construção “Suas espadas irão ferir seus próprios peitos”, há uma relação de reciprocidade.
- 33 Em (16), o termo “justo” é um adjetivo que está no grau comparativo de superioridade.
- 34 Em (17), substituindo-se o objeto direto pelo pronome oblíquo correspondente, é correta a construção: **Deus não as ouve**.
- 35 Em (18), a relação entre as orações do período é de coordenação.
- 36 Em “Confie, mesmo quando achar difícil” (19), há uma circunstância adverbial de concessão e uma de tempo.
- 37 Em (19), “passar o pior” é sofrer humilhações, passar fome e carregar um pesado fardo com a proteção divina.
- 38 Em (20), “os maus” é o sujeito sintático dos predicados cujos núcleos são as seguintes formas verbais: “Perceba”, “se enfraquecem”, “definham” e “são congelados e esquecidos”.
- 39 Em (21), a estrutura sintática revela as seguintes relações semânticas: pessoa justa = tola, compreensiva e altruísta; pessoa má = caloteira e egoísta.
- 40 Perpassa uma visão dualista do comportamento humano em todo o texto e o título resume a ideologia subjacente: os bons merecem sorte.

O Brasil não tem como sobreviver à margem dos blocos comerciais nem pode se recusar a negociar com os Estados Unidos da América (EUA) os termos de funcionamento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Ao contrário, precisa aproveitar o interesse dos norte-americanos pelo mercado brasileiro para obter contrapartidas, inclusive fora do âmbito comercial. Essa é a avaliação de quatro especialistas no assunto reunidos pelo **Jornal do Brasil**. Opinião diferente tem o quinto convidado, o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, para quem “a ALCA, tal como concebida pelo governo e pelos interesses empresariais norte-americanos, acarretaria formidável perda de autonomia na condução de aspectos essenciais da política econômica”.

Jornal do Brasil, 29/6/2003, p. A21 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência inicial e considerando as diversas dimensões do tema por ele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 41 A multiplicação de blocos econômicos tem sido uma das características mais marcantes do atual estágio da economia mundial, a globalização, assinalado, entre outros aspectos, pela forte competitividade nos mercados mundiais e pelas incessantes inovações tecnológicas.
- 42 Na perspectiva norte-americana, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que engloba as economias norte-americana, canadense e mexicana, funcionaria como um primeiro passo na direção de um bloco efetivamente continental, papel que seria cumprido pela ALCA.
- 43 Prevista para entrar em vigor em 2005, a ALCA propõe a eliminação total de barreiras tarifárias para produtos e serviços dos países integrantes do bloco, ou seja, entre todos os países das Américas.
- 44 Infere-se do texto que os economistas brasileiros, unanimemente, reconhecem a inevitabilidade da ALCA e que, no médio prazo, seus resultados dinamizarão a economia do país.
- 45 De maneira geral, entre os principais interesses comerciais brasileiros, na atualidade, está a liberação dos entraves do mercado norte-americano a produtos orgânicos *in natura* (suco de laranja, algodão, soja, frango) e siderúrgicos (aço) e manufaturados (calçados).
- 46 Relativamente ao mercado brasileiro, o que os EUA mais querem é a derrubada das tarifas de acesso de seus produtos industrializados, além de facilitar a entrada de empresas de serviços, como seguradoras e bancos.
- 47 Quando o texto fala em contrapartidas que o Brasil poderia obter junto aos EUA, ao aceitar a ALCA, citando algo que estaria “fora do âmbito comercial”, possivelmente alude, entre outras situações, a um eventual apoio norte-americano à pretensão brasileira de ocupar um lugar permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

48 Em sua recente visita aos EUA, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi categórico ao afirmar, em plena Casa Branca, que o Brasil não aceita o cronograma de implantação da ALCA e, de forma menos enfática, que seu país dificilmente aceitaria participar desse bloco.

49 Talvez por defender um modelo autônomo de desenvolvimento, o presidente Lula tem demonstrado, clara e reiteradamente, que o Brasil perdeu toda e qualquer esperança de que o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) possa superar suas dificuldades e se afirmar plenamente.

A guerra contra o Iraque é a prova de que não se pode chegar à paz por meio da guerra. Terminada aquela, o FBI alertou para o risco de ações da Al Qaeda. EUA, Reino Unido e Alemanha fecharam suas representações diplomáticas na Arábia Saudita. Em menos de dez dias, houve atentados terroristas em Marrocos e na Arábia Saudita, além de cinco outros em Israel. O desejo de vingança e o medo se espalharam. A nova ordem mundial é de uma ONU desautorizada por uma guerra ilegal. À retrogradação da ONU correspondeu a degradação do governo norte-americano, que invocou a legítima defesa preventiva para atacar o Iraque — como se esse recurso existisse. Nem por isso os norte-americanos são assassinos, como querem os que exercem facilmente o insulto racista e deveriam se lembrar dos milhares de cidadãos que, nos EUA, manifestaram-se contra as armas nucleares.

Betty Milan. *A utopia da paz*. In: *Folha de S. Paulo*, p. A3 (com adaptações).

A partir do texto acima e tendo em vista o assunto que ele focaliza, julgue os itens seguintes.

50 Reino Unido e Alemanha foram os países europeus que mais duramente criticaram a decisão do governo George W. Bush de invadir o Iraque, recusando-se a qualquer forma de apoio à atitude norte-americana, justamente por considerá-la potencialmente geradora de represálias terroristas.

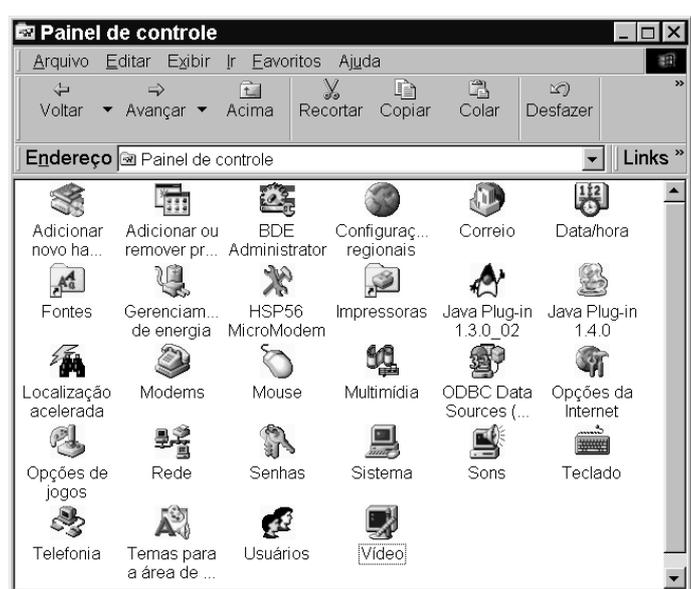
51 Nas entrelinhas, a autora considera que a ONU saiu fortalecida da guerra promovida pelos EUA contra o Iraque. Para ela, a nova ordem internacional necessita de um organismo plurinacional para assegurar o equilíbrio entre os Estados.

52 A tese da “legítima defesa preventiva” passou a ser apregoada pelo governo Bush após os atentados de 11 de setembro de 2001 e, em síntese, justifica ataques a potenciais inimigos dos EUA antes que eles possam agir contra o país.

53 Países como Irã, Iraque e Coreia do Norte são identificados pelo atual governo dos EUA como o “eixo do mal”, isto é, inimigos perigosos, em relação aos quais se justificaria plenamente o uso da força.

54 O texto reitera aquilo que a imprensa já divulgara, ou seja, o maciço apoio da opinião pública norte-americana — traumatizada pelos atos terroristas contra o Pentágono e as torres do World Trade Center —, que sustentou a decisão de Bush em atacar Saddam Hussein e se mantém firme até hoje.

55 A Al Qaeda, citada no texto, é uma organização terrorista que tem no saudita Osama bin Laden sua mais proeminente liderança e sobre a qual recai a suspeita de ter executado o ataque sobre os EUA, em setembro de 2001.



A figura acima ilustra a janela Painel de controle sendo executada em um computador cujo sistema operacional é o Windows 98. Por meio dessa janela, é possível acessar diversas funcionalidades do Windows 98 que permitem ao usuário o ajuste e a configuração de seu computador de acordo com o seu perfil. Com base na figura mostrada, julgue os itens seguintes, relativos ao Windows 98 e às funcionalidades obtidas a partir da janela Painel de controle.

56 Entre os ajustes que podem ser realizados para promover um maior conforto no uso do computador, encontram-se aqueles relacionados ao intervalo de tempo decorrido antes da repetição de um caractere ao manter uma tecla pressionada, bem como a velocidade da repetição do caractere, e ainda ao leiaute do teclado que será carregado na memória do computador sempre que este for inicializado. Esses ajustes



podem ser realizados por meio do ícone Teclado.



57 Por meio do ícone  Video, é possível que se ajuste o contraste, o brilho e a centralização da imagem no monitor do computador.

58 Ajustes relativos à adaptação de programas em língua estrangeira para a língua nacional, de forma que ícones, botões e mensagens de ajuda e advertência estejam em português, apesar de o aplicativo ser de origem estrangeira,



podem ser realizados por meio do ícone  regionalis.



59 Por meio do ícone Impressoras, é possível acessar recursos do Windows 98 para a adição de uma nova impressora ao computador.



A figura acima ilustra a janela Opções da Internet do Internet Explorer 6.0, executado em um computador cujo sistema operacional é o Windows XP. Com relação a essa figura, ao Internet Explorer 6.0 e ao Windows XP, julgue os itens subsequentes.

- 60 A janela ilustrada acima pode ser obtida por meio do *menu Ferramentas* do Internet Explorer 6.0.
- 61 O URL indicado no campo *Endereço* refere-se à página inicial do Internet Explorer 6.0, que tenta acessá-la toda vez que ele é inicializado.
- 62 Ao se clicar o botão *Excluir cookies...*, será iniciado um processo de exclusão de vírus de computador contraídos em processos de *download* de arquivos pela Internet. Para que esse processo seja realizado com sucesso, é necessário que o computador tenha instalado um *software* antivírus.
- 63 Por meio do botão *Configurações...*, pode-se configurar, ativar e desativar as conexões de acesso à rede *dial-up* e ADSL do computador.

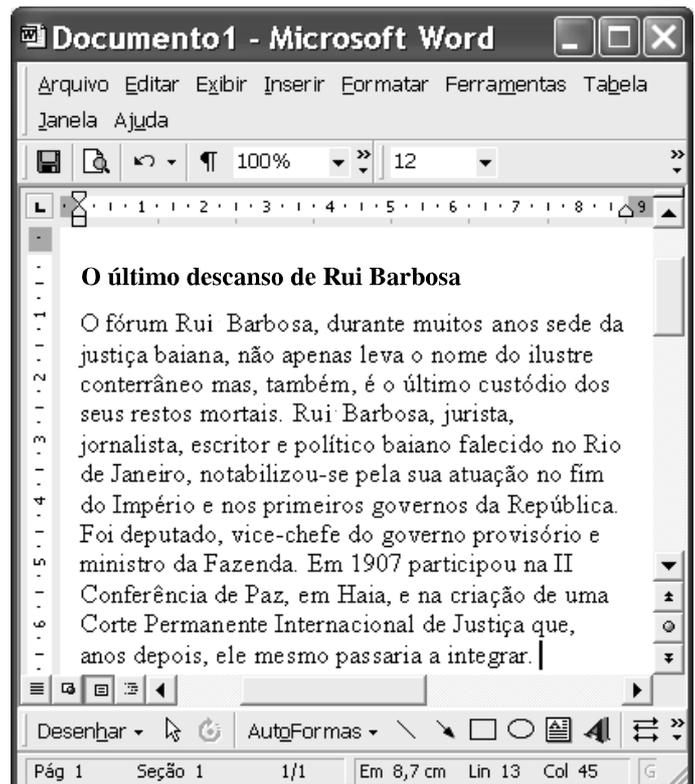
Com relação a conceitos de *hardware* de computadores do tipo PC e de seus periféricos, julgue os itens seguintes.

- 64 Um computador que utiliza um microprocessador do tipo Pentium 3 terá seu desempenho aumentado caso esse microprocessador seja substituído por um outro do tipo 80486.

65 Caso a unidade de CD-ROM 56× de um computador seja trocada por uma de 50×, a velocidade de leitura em CDs irá aumentar, apesar de a quantidade de memória contida no CD diminuir.

66 Para se conectar um computador a uma rede local do tipo Ethernet, é necessário instalar no computador uma placa de rede adequada.

67 As unidades de disco rígido permitem o armazenamento de grandes quantidades de dados. Atualmente, existem discos rígidos que possuem capacidade de armazenamento superior a 30 GB.



Na figura acima, observa-se uma janela do Word 2000 com parte de um texto extraído do sítio <http://www.tj.ba.gov.br>, acessado em 21/6/2003. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir, acerca do Word 2000.

- 68 Para se aumentar o tamanho da fonte utilizada no título do documento, é suficiente selecionar esse título e definir o tamanho desejado na caixa de diálogo *12*.
- 69 Utilizando-se uma das opções encontradas no *menu Ferramentas*, é possível salvar o documento em edição em um arquivo do Word existente no disco rígido do computador.
- 70 A aplicação de um clique duplo sobre a palavra “fórum” tem o efeito de selecionar a referida palavra.
- 71 No *menu Editar*, encontra-se uma opção que permite definir o idioma que será utilizado para editar o documento.

	A	B	C	D	E
2					
3	tabela dos processos em geral				
4					
5					
6					
7	até			46,99	6,91
8	de	47	a	70,59	10,36
9	de	70,60	a	156,63	13,82
10	de	156,64	a	313,25	17,27
11	de	313,26	a	626,50	27,64
12	de	626,51	a	939,76	69,08
13					

Considerando a figura acima, que mostra uma planilha elaborada no Excel 2000, julgue os itens subseqüentes, com relação a esse aplicativo.

- 72 Para se formatar a célula B8 para a categoria de moeda com duas casas decimais, é suficiente clicar na célula B9 e, a seguir, clicar .
- 73 Para se somar o conteúdo das células de E7 a E12 e exibir o resultado na célula E13, é suficiente clicar a célula E13; digitar =SOMA(E7:E12) e, a seguir, teclar .
- 74 As células de D7 a D12 serão selecionadas caso se realize o seguinte procedimento: clicar a célula D7; pressionar e manter pressionada a tecla ; clicar a célula D12; liberar a tecla .
- 75 Sabendo que as células de E7 a E13 estão formatadas para moeda com duas casas decimais, caso se selecione as células E11 e E12 e, a seguir, se arraste a alça de preenchimento até a célula E13, então será visualizado um valor igual a 96,72 na célula E13.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Quando se fala em comportamento humano nas organizações, dois fenômenos destacam-se entre todos os outros: a motivação e a liderança. As organizações empenham-se normalmente em atender às necessidades individuais na busca da motivação do empregado, esperando gerar retorno significativo para a empresa. Da mesma forma, as organizações buscam identificar e desenvolver líderes eficazes, que possam guiar os outros membros da organização para o alcance dos objetivos organizacionais. No que se refere à motivação e à liderança, julgue os itens que se seguem.

- 76 A teoria da hierarquia das necessidades constitui uma das principais teorias da motivação e tem como um de seus pontos positivos o fato de se apoiar intensamente em pesquisa empírica. Maslow, além de ter fornecido substanciação empírica para a sua teoria, acreditava que, à medida que necessidades de baixa ordem fossem atendidas, as necessidades de alta ordem tornar-se-iam dominantes.
- 77 Compreendendo a motivação a partir da teoria do condicionamento e do reforço operante, os gerentes buscam aumentar a probabilidade de os comportamentos serem mantidos, a partir de reforços positivos, como o reconhecimento e as promoções.
- 78 As empresas vêm adotando com maior freqüência programas de pagamento variável, como incentivos de salários, buscando sempre a motivação do indivíduo para que ele seja eficaz no desenvolvimento de suas atividades e para que a empresa possa alcançar os objetivos organizacionais. Esses programas não se relacionam, entretanto, com o fato de que, se os indivíduos perceberem forte relação entre seus desempenhos e as recompensas concedidas pela organização, eles se motivarão para o desenvolvimento de suas atividades e no alcance de suas metas.
- 79 De acordo com o modelo contingencial de liderança proposto por Fiedler, a eficácia de uma determinada liderança não está relacionada à combinação entre o estilo do líder e os fatores que influenciam a favorabilidade da situação em que o líder detém influência e controle sobre seus subordinados.
- 80 O líder transformacional, diferentemente do líder transacional, preocupa-se com o fornecimento da visão e da missão para seus subordinados e também com o desenvolvimento da lealdade e da confiança, fatores de suma importância nas relações de trabalho na sociedade atual.
- 81 Um dos principais trabalhos do líder, de acordo com a teoria caminho-objetivo, é esclarecer o caminho a ser seguido por seus subordinados no alcance das metas, diminuindo os obstáculos que possam surgir nessa estrada.

O estudo das estruturas organizacionais permite ao analista organizacional verificar como as organizações agrupam posições individuais em blocos, e estes em blocos maiores. É necessário compreender o que leva a organização a definir um ou outro referencial ou critério para definir sua estrutura, sempre tendo em vista o alcance dos objetivos organizacionais. Nesse contexto, julgue os itens seguintes.

- 82** As estruturas inovativas diferem das estruturas tradicionais pelo fato de as primeiras possuírem alto grau de formalização. Além disso, as estruturas tradicionais dão ênfase à comunicação horizontal em detrimento da comunicação vertical.
- 83** A departamentalização é o processo de agrupar indivíduos em unidades para que possam ser administrados. Nesse sentido, o ato de agrupar tem como consequência criar medidas comuns de desempenho e definir um sistema de supervisão comum entre as posições ocupadas.
- 84** As desvantagens da departamentalização por produtos incluem o fato de ela não ser indicada para ambientes turbulentos e mutáveis e não facilitar a coordenação interdepartamental.
- 85** A estrutura matricial é uma alternativa à estrutura funcional, especialmente quanto a atividades que necessitem de maior interação entre as áreas funcionais. O principal problema, entretanto, da estrutura matricial é o fato de ela violar o princípio da unidade de comando.
- 86** A departamentalização funcional agrupa especialistas de uma mesma área em um grupo sob uma só chefia. Uma de suas desvantagens é não permitir uma economia de escala, para a máxima utilização dos recursos humanos e materiais de uma determinada área.
- 87** Uma das condições favoráveis para a utilização da departamentalização por clientes é a existência de elevada diferenciação entre eles, o que demanda conhecimento especializado.

O planejamento, em especial o planejamento estratégico, vem-se tornando uma função gerencial vital para as organizações. Definir objetivos e cursos de ação para atingi-los é uma atividade imprescindível para a organização crescer com mais segurança e eficácia no meio em que atua. Tendo em vista o planejamento, julgue os itens a seguir.

- 88** Uma das principais etapas do planejamento estratégico é a análise situacional ou diagnóstico estratégico. É nessa etapa que se faz uma análise dos ambientes interno — por meio da definição de pontos fortes e fracos — e externo — por meio da definição de oportunidades e ameaças.

- 89** Uma das vantagens do planejamento estratégico é o pequeno investimento de tempo, dinheiro e pessoal que deve ser feito. Além disso, o planejamento faz que a organização não se restrinja às opções mais racionais.

- 90** A administração por objetivos é uma importante alternativa para a formulação de objetivos organizacionais. Ela tem entre seus elementos a especificidade da meta, a definição de tempo explícito, a determinação unilateral, a partir dos chefes, dos objetivos definidos para seus subordinados e o *feedback* sobre o desempenho.

Tendo em vista a função de controle, julgue os itens subseqüentes.

- 91** O controle por resultados é próprio de contextos pouco competitivos e característicos de organizações altamente centralizadas, com normas e regulamentos rígidos.
- 92** O processo de controle pode ser implementado por meio de algumas etapas fundamentais, tais como: definição de padrões de desempenho, mensuração de resultados, comparação entre o que foi executado e o que foi planejado e implementação de ações corretivas.
- 93** O controle de desempenho refere-se a resultados globais em um dado período de tempo, auxiliando ainda no que diz respeito à motivação do indivíduo na organização.

No que concerne ao processo de comunicação nas organizações, julgue os itens que se seguem.

- 94** A comunicação pode estruturar-se de acordo com determinados padrões, como a rede de comunicação em roda, em que o membro central se comunica com todos da rede e os demais se comunicam apenas com o membro central, sendo este um padrão bem eficiente para tarefas complexas.
- 95** Algumas barreiras impedem a comunicação eficaz, ou seja, o entendimento entre os indivíduos. O fato de o indivíduo assumir a defensiva quando se sentir ameaçado — defensividade — e a percepção seletiva — constituem barreiras consideráveis para a comunicação eficaz.

A administração financeira e orçamentária brasileira é regida por normas legais e infralegais que, embasadas na Constituição da República, criam institutos e estabelecem conceitos e procedimentos. Nessa perspectiva, a Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal — introduziu uma série de regras e conceitos, que perpassam todas as etapas do processo orçamentário brasileiro, em todos os níveis da Federação. Com relação a esse tema, julgue os itens a seguir.

- 96** No Anexo de Metas Fiscais, parte integrante do projeto de lei orçamentária, devem ser estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referir.
- 97** Todas as despesas relativas a dívida pública, mobiliária ou contratual e as receitas que as atenderão devem constar da lei orçamentária anual.
- 98** Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, exceto quando em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- 99** Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público devem promover, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
- 100** A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição da República.
- 101** O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- 102** Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital que não decorra de determinação constitucional, legal ou relativa a recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), a outro ente da Federação ou a ente privado sem fins lucrativos que atue nas áreas da saúde, educação, cultura e assistência social, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira.
- 103** O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não deve exceder, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas.
- 104** É vedada a realização de operação de crédito, diretamente ou por intermédio de fundo, entre um ente da Federação, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, incluindo as entidades da administração indireta, salvo sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, excetuadas as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive as entidades da administração indireta que não se destinem a financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes ou refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente e as aquisições de títulos da dívida da União por parte de estados e municípios para aplicação de suas disponibilidades.

- 105** No financiamento de despesa corrente, é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, salvo se destinada, por lei, aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- 106** A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.
- 107** As contas do Poder Judiciário devem ser apresentadas, no âmbito dos estados, pelos presidentes dos tribunais de justiça, consolidando as dos demais tribunais.
- 108** As operações de crédito, as inscrições em restos a pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros devem ser escrituradas de modo a se evidenciarem o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando-se, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.
- 109** As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, exceto quando vinculadas a fundos específicos, referidos nos arts. 249 e 250 da Constituição da República, devem ficar depositadas em conta separada e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Na gestão de compras, existe o instituto da licitação. Acerca desse tema, julgue os itens seguintes.

- 110** Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento.
- 111** Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 dias.
- 112** É inexigível a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- 113** É dispensável a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas.
- 114** É dispensável a licitação para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca e devendo a comprovação de exclusividade ser feita por meio de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo sindicato, federação ou confederação patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- 115** É inexigível a licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração e cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

Carlos Silva prestou serviços a determinado supermercado por quatro anos e seis meses, sendo dispensado, sem motivo, após regular cumprimento de aviso prévio. Durante os seis primeiros meses, cumpriu jornada de 6 h às 20 h, com 2 h de intervalo e uma folga semanal. A partir do sétimo mês, teve ampliada, por doze meses, a duração do intervalo para refeição e descanso, que passou a ser gozado em dois períodos de 2 h cada um. Nos últimos 36 meses de vigência do contrato, em razão de norma coletiva de trabalho, teve alterada sua jornada para o horário de 18 h às 8 h, com intervalo de descanso entre 24 h e 2 h e uma folga semanal.

A partir das informações acima, julgue os itens a seguir.

- 116** A jornada cumprida entre 6 h e 20 h, com 2 h de intervalo e uma folga semanal, gera para Carlos o direito a 4 horas extras diárias, no total de 24 horas extras semanais.
- 117** Durante os seis primeiros meses, considerando a carga horária cumprida por Carlos, o intervalo para refeição e descanso deveria ter a duração mínima de 2 horas, salvo previsão em contrário em acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- 118** Se havia previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho, mostrou-se plenamente lícito o intervalo de 4 horas diárias para refeição e descanso concedido a Carlos durante doze meses a contar do sétimo mês de trabalho.
- 119** O horário noturno de trabalho cumprido por Carlos nos últimos 36 meses de vigência do contrato assegura-lhe a percepção do adicional de 20% incidente sobre o valor de cada uma das horas cumpridas entre 22 h e 8 h.
- 120** A carga horária prestada diariamente por Carlos durante os últimos 36 meses de vigência do contrato alcançou o total de 12 h 37 min 30 s.
- 121** Caso não tenham sido concedidas as férias relativas ao primeiro ano de trabalho ainda na vigência do contrato, Carlos faz jus à respectiva percepção em dobro. Havendo, contudo, prova de que foram livremente vendidas à empresa, sem qualquer vício no ato de vontade exposto pelo trabalhador, nenhum direito lhe será reconhecido.
- 122** O período relativo aos seis últimos meses de trabalho deverão ser indenizados à razão de seis doze avos, acrescidos do adicional de um terço, juntamente com as férias vencidas e ainda não gozadas, até a data do desligamento de Carlos.
- 123** Se não tiverem sido concedidas a Carlos quaisquer férias vencidas, então todas elas, à exceção daquelas relativas ao quarto período aquisitivo consumado, deverão ser pagas em dobro pela empresa, sem prejuízo das sanções de caráter administrativo, a cargo da Delegacia Regional do Trabalho.

A respeito dos sujeitos da relação de emprego, julgue os itens seguintes.

- 124** Uma vez processados os registros na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), configura-se a existência da relação de emprego entre o pequeno empregador e a pessoa física ou jurídica contratante, pouco importando que a execução dos serviços seja realizada com o auxílio de outros trabalhadores.
- 125** O empregador corresponde à pessoa física ou jurídica que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.
- 126** É equiparado a empregado, com os mesmos direitos sociais, o trabalhador contratado por entidades de beneficência, associações recreativas ou quaisquer outras instituições sem fins lucrativos.

Acerca dos direitos sociais previstos na Constituição da República, julgue os itens que se seguem.

- 127** A gratificação natalina, correspondente ao valor integral da remuneração ou aposentadoria percebida pelo beneficiário, deve ser paga até o dia 20 de dezembro de cada ano, compensado o valor obrigatoriamente antecipado entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano.
- 128** Na forma da legislação previdenciária, o salário-maternidade é devido à trabalhadora gestante durante 28 dias antes e 92 dias depois do parto, devendo ser pago diretamente pela previdência social, nas hipóteses em que tiver sido atendido o período de carência fixado em lei.
- 129** A licença-paternidade prevista na Constituição da República tem a duração de dez dias.
- 130** O salário-família devido pela previdência social é calculado pelo número de filhos ou equiparados de qualquer condição com idade de até quatorze anos ou inválidos de qualquer idade, estando o respectivo pagamento condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória do filho.

RASCUNHO

A propósito das causas de dissolução do contrato de trabalho, julgue os itens subseqüentes.

131 Na condição de titular do poder de direção de um empreendimento, pode o empregador impor punições a seus empregados, quando violadas as obrigações contratuais. Quanto às suspensões punitivas, entretanto, deve ser observado o limite máximo de trinta dias, sob pena de se considerar injustamente rescindido o contrato de trabalho.

132 Denomina-se indireta a rescisão contratual que resulta de reiteradas e progressivas infrações contratuais cometidas pelo trabalhador.

133 Configurado rigor excessivo no tratamento dispensado pelo empregador ao empregado, pode o último pleitear em juízo a rescisão do contrato por justa causa patronal, caso em que poderá permanecer ou não em serviço até a solução final do processo.

Julgue os itens abaixo, acerca da estabilidade sindical e da negociação coletiva.

134 A dispensa de empregado eleito e empossado em cargo de direção sindical só pode ocorrer na hipótese de justa causa, que deve ser previamente comprovada em inquérito judicial.

135 A negociação coletiva no âmbito das relações de trabalho — materializada em acordos e convenções coletivos — está prevista na Constituição, podendo viabilizar, no interesse das categorias profissional e econômica envolvidas, a flexibilização dos limites legais relativos à jornada de trabalho.

Com referência à Lei n.º 9.099/1995 — Lei dos Juizados Especiais Cíveis —, julgue os itens que se seguem.

136 Nos juizados especiais cíveis, a fixação do valor da causa, para verificação de competência, corresponde ao valor do objeto do pedido.

137 Caso o autor de uma causa complexa opte pelo juizado especial e não se desincumba do ônus de provar suas alegações, mesmo valendo-se de um parecer técnico, o juiz deverá extinguir o processo, sem julgamento do mérito.

Com referência à Lei dos Juizados Especiais Criminais, Lei n.º 9.099/1995, julgue os itens a seguir.

138 Com o advento da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais Federais, foi derogada parte da Lei n.º 9.099/1995, passando a ser considerados infrações penais de menor potencial ofensivo os crimes a que a lei comine pena máxima não-superior a dois anos ou multa.

139 As decisões interlocutórias tomadas no curso do procedimento são irrecuráveis.

No que concerne à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da justiça federal, julgue os seguintes itens.

140 A vara do juizado especial federal tem competência absoluta no foro onde ela for instalada, não se facultando ao autor a escolha pela vara comum, quando a hipótese estiver prevista na Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da justiça federal.

141 Sentença proferida contra autarquia federal está sujeita ao duplo grau de jurisdição, aplicando-se à autarquia a duplicidade de prazo para recurso.

142 É cabível o recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, de decisões proferidas por órgão de segundo grau dos juizados especiais.

143 Somente os crimes de entorpecente da competência da justiça federal cuja pena máxima não ultrapasse a dois anos serão processados e julgados no juizado especial federal.

À luz do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, julgue os itens seguintes.

144 Os vícios de qualidade ou quantidade que tornem impróprio ou inadequado o produto são suficientes para que o consumidor exerça o direito de exigir a substituição das partes viciadas. Não sendo os mesmos sanados no decurso de trinta dias, estará assegurado ao consumidor o direito de exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto por outro da mesma espécie e em perfeitas condições, a restituição da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço avençado.

145 É lícita a cláusula que prevê a perda de 30% do valor pago pelo consumidor, a título de multa contratual, em caso de desistência deste no contrato de promessa de compra e venda de imóvel na planta.

Nos termos da Lei n.º 7.033/1997, que dispõe sobre o sistema estadual de juizados especiais cíveis e criminais, julgue os itens a seguir.

146 A política administrativa e legislativa aplicável aos juizados especiais é exercida pelo presidente do tribunal de justiça estadual.

147 A competência para a revisão criminal de decisões condenatórias do juizado especial criminal é do tribunal de justiça.

Acerca da Lei n.º 6.677/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, julgue os itens que se seguem.

148 Reversão é o ato pelo qual funcionário aposentado reingressa no serviço público, a pedido ou de ofício.

149 Será exonerado o servidor que não tomar posse no cargo no prazo máximo de trinta dias, contados da data de publicação do ato de nomeação no órgão oficial.

150 O estado da Bahia responderá objetivamente por dano causado a terceiro, por ato omissivo ou comissivo de servidor público estadual no exercício do cargo ou função.



Universidade de Brasília (UnB)